



PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO	PROPOSTAS PARA O ESTADO	PROPOSTAS PARA A UNIÃO
<b>EIXO I – Estratégias para manter e aprimorar o controle social, assegurando à participação das pessoas com deficiência</b>		
Fortalecer o controle social garantindo a participação de pcd's em todos conselhos.	Garantir assento permanente da FADERS no Conselho Estadual assim como a Defensoria Pública.	Instituição através de lei do Conselho Nacional de pcd, garantindo sua existência.
Acesso do Conselho as entidades por meio de comissão.		
Garantir estrutura para Conselho poder exercer suas atribuições.		
<b>Eixo II – Garantia do acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas.</b>		
Garantir a execução do Plano Municipal de Políticas de Pessoa com Deficiência. Disseminar o Plano para toda a rede intersetorial implicada.	Aumento de financiamento para recursos humanos e tecnologias assistivas. Mais agilidade, dando prioridade para os encaminhamentos. Estipulando prazos para o cumprimento das demandas. Articulação intersetorial.	Aumento de financiamento para recursos humanos e concessão das tecnologias assistivas. Articulação intersetorial e garantia de unificação das carteiras de passe livre com prazo de 5 anos para renovação.
Aumentar e qualificar os encaminhamentos através de avaliações mais detalhadas na área da saúde. Também dando transparência as listas de espera na saúde. Garantir o atendimento na proteção social especial na assistência social. Articulação intersetorial	Fortalecer e ou instituir a política de educação permanente para os profissionais em geral.	Inserção nos diversos cursos de formação profissional (Técnico e Graduação), em todas as áreas do conhecimento, disciplinas obrigatórias que preparem para o atendimento da pessoa com deficiência.
Garantir a continuidade do histórico de dados e informações independentemente da gestão.		



PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO	PROPOSTAS PARA O ESTADO	PROPOSTAS PARA A UNIÃO
Instituir uma matriz de agravo biopsicossocial para acesso aos encaminhamentos necessários na saúde, assistência social, educação.		
Aumento da demanda de transporte, sob responsabilidade do município, para os serviços especializados, dentro e fora do mesmo priorizando a pessoa com deficiência		
Fortalecer e ou instituir a política de educação permanente para os profissionais em geral.		
<b>EIXO III – Financiamento das políticas públicas da pessoa com deficiência</b>		
Financiamento permanente para capacitação, melhoria de fluxo, contratação de profissionais melhor preparados, garantir investimento em capacitação de profissionais da rede de atendimento (educação, saúde...)	Garantir no orçamento estadual a destinação de recursos para continuar o trabalho desenvolvido no município, atendimentos especializados, e ampliação de atendimentos do CER. Financiamento para as escolas, entidades, associações e ambientes de educação inclusiva não formais, que atuam com diferentes profissionais envolvidos com pessoas com deficiência.	Projeto de Lei Fundo Nacional para pessoas com deficiência (porcentagem igual aos demais fundos e retirar 5 anos consecutivos, colocar sem prazo determinado)
Evitar que esse financiamento dependa de determinada pessoa (Não pode ser Vontade política) de vincular esse financiamento com	Investimentos nas Universidades quanto às pesquisas sobre inclusão, como subsídios para a incrementação de políticas públicas.	Sensibilização na atuação parlamentar, com mais visibilidade, mais inserção na mídia, mais representatividade, um programa que



PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO	PROPOSTAS PARA O ESTADO	PROPOSTAS PARA A UNIÃO
uma política forte (agilizar que esse dinheiro chegue na ponta, é muito demorado, tornar mais prático)		sirva para publicidade, mais recursos para a publicidade. (eixo da comunicação)
Fortalecer os financiamentos que já existem Destinar valor próprio destinado para essas demandas (Sinaleiras sonoras, piso tátil, calçadas, ambientes inclusivos para as pessoas com deficiência (deve estar plano de mobilidade do município, reforço, fiscalização), destinar um percentual do valor das multas para essas demandas	Propor editais específicos para a promoção de atividades esportivas e equipamentos de inclusão para pessoas com deficiência através do PROESPORTE	Destinar porcentagem das loterias e casas de apostas para as políticas públicas para PCD's.
Manter estruturas que já existem, restaurando, trocando, inserindo – que essas verbas realmente sejam usadas para		Aumento do recorte (renda per capita) para ingresso ao BPC e aumento de financiamento destinado ao benefício, com acréscimo de 25%.
Dentro da lei orgânica do município destinar porcentagem para a rede de apoio (deveria ser para todos os municípios), se já existir aumentar o percentual.		Investimentos nas Universidades quanto às pesquisas sobre inclusão, como subsídios para a incrementação de políticas públicas
Garantir a equidade do percentual para todas as deficiências na distribuição das verbas.		
Saúde: cuidado com os laudos, avaliação cuidadosa, financiamento para criar e manter uma equipe para avaliação		



PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO	PROPOSTAS PARA O ESTADO	PROPOSTAS PARA A UNIÃO
biopsicossocial; (comprometimento da saúde nessa avaliação); profissionais que entendam das deficiências, façam uma avaliação cuidadosa para emitir os laudos;		
Financiamento para as escolas que atuam com diferentes profissionais envolvidos com os alunos com deficiência.		
Garantir financiamento para Centro Dias		
Investimentos nas Universidades quanto às pesquisas sobre inclusão, como subsídios para a incrementação de políticas públicas.		
Investimento nas praças, trazendo brinquedos para as crianças com deficiência		
<b>EIXO IV – Direito e Acessibilidade</b>		
Garantir recursos humanos e capacitação às equipes dos CRAS e USF's para realizar busca ativa de PCD's, em especial aqueles em risco de isolamento e segregação para encaminhamentos e acesso às políticas públicas (esporte, lazer, cultura, assistência social, educação).	Coordenação de ações regionais do mapeamento das PCD's (Cadastro Inclusão) e criação de equipes de apoio para realização de eventos/ações que proporcionem a interação, discussão e convivência.	Inclusão da indicação do grau e tipo de deficiência no questionário do Censo do IBGE e demais consultas públicas.



PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO	PROPOSTAS PARA O ESTADO	PROPOSTAS PARA A UNIÃO
Implantação do Centro Dia para PCD e Residencial Inclusivo (Acolhimento de PCD) com garantia de transporte respeitando todas as dimensões de acessibilidade, inclusive a acessibilidade arquitetônica nos espaços públicos.	Implantação de Centros Dia e Residenciais Inclusivos Regionais com garantia de transporte acessível.	Divulgação ampla, acessível, com audiodescrição, interpretação e legenda em LIBRAS e linguagem de fácil compreensão, de como acessar recursos públicos para execução de projetos, serviços, programas e direitos.
Redução progressiva do IPTU para contribuintes que mantiverem o passeio público em condições adequadas para PCD's.		Garantir de forma ágil, efetiva, gratuita e de qualidade, recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas, como cão guia, órteses, próteses, aparelho auditivo, entre outros.
Adequação do Município à Lei nº 142/2013.		Isenção de impostos federais na produção e aquisição de equipamentos de qualidade de tecnologia assistiva.
		Capacitação dos profissionais e instrumentalização, incluindo acessibilidade tecnológica, do sistema público para atendimento qualificado e inclusivo às PCD's.
<b>EIXO V - Desafios para comunicação universal</b>		
Desenvolver programas de capacitação de profissionais para o atendimento ao público com deficiência; Exemplo: formas e nomenclaturas.	Implementar diferentes meios de fiscalização de acessibilidade em espaços culturais e mídias de comunicação social, considerando a necessidade de audiodescrição, Libras, Braile e outras facilidades de linguagem.	Implementar a libras no currículo dos ensinos iniciais em escolas públicas, conforme artigo 73 do estatuto da PcD;



PROPOSTAS PARA O MUNICÍPIO	PROPOSTAS PARA O ESTADO	PROPOSTAS PARA A UNIÃO
Promover campanhas em mídias (tv, rádio, redes sociais, etc) para a conscientização no atendimento ao público com deficiência;	Senhas de atendimento diferenciadas para pessoas com deficiência e outras pessoas – cobrar o preferencial nas filas - ter braile e audiodescrição da senha	Já está previsto no Artigo 72 – linhas de pesquisas – financiamento de pesquisas de tecnologias assistivas – cobrar a efetividade.
Implementar a tecnologia assistiva para usuários de transporte público e pedestres, via aplicativos de geolocalização e sinais sonoros.		Distribuição de Tecnologias assistivas (exemplo compra de tablet, modelos de celulares, painéis com pictogramas para pessoas não verbais, entre outros.)
		Financiamento de professores para capacitação destas tecnologias assistivas nas organizações de atendimento para PCD que deverão passar este conhecimento ao seu público.
		Controle por parte do governo da acessibilidade nos aplicativos – em especial Whatts